TODOS ÀS RUAS CONTRA A PEC 32 E A PRIVATIZAÇÃO DOS CORREIOS

Para o dia 18 de agosto, as Centrais Sindicais estão convocando o Dia Nacional de Luta e Paralisações contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 32, a Reforma Administrativa; contra as privatizações e por geração de emprego.

Também estarão nas ruas os trabalhadores dos Correios que iniciam sua campanha salarial em luta contra a privatização da Empresa, cujo texto base já foi aprovado na Câmara dos Deputados e enviado ao Senado para aprovação.

A reforma Administrativa (PEC 32) apresentada pelo governo de Jair Bolsonaro (ex-PSL, sem partido), significa um forte ataque aos servidores públicos, prevendo a destruição dos serviços que atendem a maioria da população, em especial os mais pobres. A PEC cria condições para contratação de forma precária no serviço público, sem concurso, com menos direitos e abre espaço para que governos contratem “apadrinhados políticos”, que atenderão aos interesses de quem os colocou no cargo e não da população que precisa do atendimento de qualidade.

Assim como a PEC 32, também as privatizações, como a dos Correios, afetarão principalmente a população mais pobre, que depende dos serviços prestados pelas empresas estatais. Toda a classe trabalhadora deve lutar para que o patrimônio brasileiro, construído com

o suor do povo, continue nas mãos do Estado para garantir o desenvolvimento econômico que favoreça a todos. Uma empresa lucrativa como os Correios, que está presente em todos os municípios do País, não pode ser entregue, a preço de banana, para empresários que visam apenas lucros. Perdem os quase 100 mil trabalhadores dos Correios, que ficarão sujeitos ao desemprego em massa, e perde o povo, que verá o País enfrentar um apagão postal, além do encarecimento das tarifas.

Também está na pauta do dia 18 a luta pelo auxílio emergencial de R\$ 600, a vacina para todos e contra o desemprego, carestia, os altos preços dos alimentos e a inflação. A luta deve ser contra o conjunto das reformas neoliberais que, dia a dia, retiram direitos dos trabalhadores, como a recém aprovada Medida Provisória 1045, que estimula as empresas a trocar até 40% dos seus quadros de trabalhadores por outros inexperientes para pagar menos, acabando com o 13º salário e retirando o direito às férias remuneradas, entre outros.

18A - Greve Nacional dos Servidores Públicos e Dia Nacional de Luta e Paralisações contra PEC 32, as privatizações e por geração de emprego digno!

APAGÃO DO CNPq: UMA AÇÃO POLITICAMENTE ORQUESTRADA?

No cenário de destruição nacional, a Educação nos faz confrontar com a constante discussão sobre o corte de verbas já insuficientes.

Entre as situações que refletem a falta de financiamento e revelam que a destruição avança a todo vapor, está a “pane” nos servidores do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, que tirou do ar a plataforma Lattes, principal plataforma de currículos de pesquisadores do país, de 23/07/2021 até 04/08/2021, quando foi parcialmente restabelecido. O sistema só foi totalmente restabelecido nesta segunda-feira, 16/08. A demora para voltar às atividades preocupou os pesquisadores, uma vez que o CNPq financia 84 mil bolsistas e apoia 2.201 projetos de pesquisa.

O apagão de dados, como os pesquisadores estão denominando, ocorre num momento em que a ciência no Brasil vivencia completa falta de prestígio. O orçamento do órgão é o menor em 21 anos, 1,21 bilhão, quase metade em relação ao ano 2000, enquanto o número de alunos na pós-graduação passou de 162.000 para 320.000 no mesmo período.

A falta de transparência do governo em relação ao ocorrido aumenta a suspeita sobre uma possível tentativa de vazamento de dados, dado o acordo assinado com a empresa norte-americana de tecnologia CISCO, “para impulsionar o desenvolvimento de habilidades e transformação digital no Brasil”. Dentre as ações do acordo, está a criação de uma “plataforma de monitoramento do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação”.

O Brasil, cada dia subordinado aos interesses do imperialismo estadunidense, tem um governo capaz de repassar os dados de seus pesquisadores(as) para os abutres norte-americanos manterem a sua dominação sobre o nosso país e o nosso povo.

NÃO AO FIM DOS CENTROS DE REFERÊNCIA À SAÚDE MENTAL: SAÚDE NÃO É MERCADORIA!

Em Belo Horizonte, capital mineira, o problema da falta de profissionais da área da Saúde, principalmente médicos, afeta sobretudo os Centros de Referência à Saúde Mental (CERSAMs), responsáveis por atender, pelo SUS, os pacientes em crises ou surtos psicóticos. Essas unidades são frutos de uma luta travada pela sociedade civil e trabalhadores da saúde pelo fim dos manicômios, das internações de longos períodos e das hospitalizações compulsórias por alcoolismo e outras dependências químicas.

Recentemente, a Secretaria Municipal de Saúde criou a possibilidade de um plantão, em que médicos orientam, por telefone, outros profissionais no atendimento dos pacientes. A medida causou mais acúmulo de trabalho para o corpo de enfermagem, que, desvalorizado e sobrecarregado, tem que assumir todas as tarefas do atendimento presencial dos pacientes.

Setores elitistas dos profissionais de medicina apoiam o fechamento dos CERSAMs, em nome de interesses corporativos e econômicos, uma vez que as internações geram lucros para as redes privadas que atuam em parcerias com o Estado. Esta medida segue a política de Saúde do governo Bolsonaro, que coloca em risco os avanços obtidos nas últimas décadas por meio da Política Nacional de Saúde Mental do SUS, da Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial.

Não ao fechamento dos CERSAMs!

Pela valorização dos trabalhadores do SUS!

Contra a volta dos manicômios e das internações compulsórias!

PROFESSORES FARÃO GREVE CONTRA A PEC 32

A paralisação nacional dos Servidores Públicos, no dia 18 de agosto, sinaliza que classe trabalhadora está disposta a unificar sua ação contra os ataques do governo Bolsonaro, que avançam a passos largos na retirada de direitos dos servidores e irão impactar duramente a população, especialmente os mais vulneráveis socialmente.

Os professores da Educação Básica e das Instituições de Ensino Superior (IES) aderem à greve do dia 18, como forma de denunciar o desmonte da educação básica e superior operado pelo governo. Por um lado, tem-se a reforma do Ensino Médio, que embute mecanismos de privatização da Educação pública e, de outro, os cortes do orçamento nas Universidades, que sofrem intervenções políticas, redução de bolsas de pesquisa e de investimentos na Assistência Estudantil, condição

necessária para estudantes de baixa renda permanecerem no Ensino Superior.

A paralisação do dia 18 é resultado do movimento nacional em defesa dos Serviços Públicos, que envolve diversas categorias de trabalhadores nos âmbitos nacional, estaduais e municipais. Paralisar as atividades e ocupar as ruas são as únicas formas possíveis de barrar os diversos ataques que a classe trabalhadora vem sofrendo.

Lutar de forma unificada para barrar a retirada de direitos.

#grevedoservidorespublicos